

ANEXO I

DECLARAÇÃO ACEITAÇÃO CONTEÚDO CADERNO ENCARGOS

Manuel José de Castro e Matos, portador do B.I. 3571033, casado, natural do Bonfim, Concelho do Porto, com domicílio profissional na Rua Conde da Covilhã, n.º 1637, no Porto, na qualidade de representante legal da firma **AUTO-SUECO, LDA**, sociedade por quotas, com sede no Porto, em edifício próprio, sito na Via Marechal Carmona - 1637, pessoa coletiva n.º 500 038 015, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento referência **06/16_CP** para "**Aquisição de veículo pesado de passageiros**", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração com indicação do preço contratual, sem IVA, mas com indicação da taxa do IVA aplicável e dos valores de outras taxas aplicáveis;
- b) Catálogos com todas as características e especificações do bem:
 - Catálogo técnico Chassis Volvo B8R EURO 6;
 - Catálogo técnico Carroçaria Sunsundegui SC5;
 - Dimensões da carroçaria;
 - Layout da carroçaria.
- c) Documento onde identifique as condições de garantia (incluindo prazo), prazo de entrega do veículo e pontos de assistência (carroçaria) em Portugal:
 - Condições de Garantia Carroçaria;
 - Rede de assistência após venda da Sunsundegui Portugal;
 - Rede de assistência após venda da Volvo em Portugal.
- d) Procuração;

Auto-Sueco, Lda.

Rua Conde da Covilhã, 1637, 4100-189 Porto, Portugal
Telef. +351 226 150 300, Fax +351 226 150 437
www.autosueco.pt

Sociedade por Quotas

NIPC e Registo na C. R. C. do Porto -
- 1.ª Secção n.º PT 500 038 015
Capital Social 30.000.000 Euros



- e) Certidão Permanente;
- f) Cartão de cidadão;
- g) Outros documentos.

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente.
- b) Não foi condenada por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012 de 8 de maio e, no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal;
- i) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
 - i) *Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;*

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b) d) e) e i)* do nº. 4 desta declaração.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina, a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória

UNIDADE DE NEGÓCIO CAMIÕES, AUTOCARROS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS - PORTUGAL
GESTÃO COMERCIAL AUTOCARROS

de privação do direito de participar como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Porto, 22 de Março de 2016


Manuel José de Castro e Matos

Auto-Sueco, Lda.
Rua Conde da Covilhã, 1637, 4100-189 Porto, Portugal
Telef. +351 226 150 300, Fax +351 226 150 437
www.autosueco.pt

Sociedade por Quotas
NIPC e Registo na C. R. C. do Porto -
- 1.ª Secção n.º PT 500 038 015
Capital Social 30.000.000 Euros

NORS
www.nors.com

